

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE201902/0138
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal de Regularização
Estado:	Expirada
Nível Orgânico:	Ministério da Saúde
Orgão / Serviço:	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	1201.48
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	as constantes do artigo 7º do Decreto-lei nº 130-A/2001 de 23 de Abril, de que se destaca: prestar apoio técnico na escolha das sanções; emitir pareceres e efetuar relatórios; entrevistar e acompanhar os consumidores, colher informações sobre tratamento.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário		
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.		
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro		
Habilitação Literária:	Licenciatura		
Descrição da Habilitação Literária:	Serviço Social		
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática	
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Serviço Social	

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão para a Dissuasão da Toxicoddependência de Faro	1	Largo Pé da Cruz, n.º 26 - 1º		8000154 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: CDT de Faro Largo Pé da Cruz nº 26-1º 8000-154 Faro

Contacto: 289006840

Data Publicitação: 2019-02-06

Data Limite: 2019-02-20

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho do Mapa de Pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência da Faro, na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrita a candidatos abrangidos pelo Programa de Regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1. Nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 04/02/2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal para 2018 das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, da carreira e categoria de : Ref. A) - Técnico Superior de Serviço Social Ref. B) - Assistente técnico 2. Legislação aplicável: Lei nº 117/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145/2011, de 6 de abril e Código de Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: Comissão para a Toxicodependência de Faro 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de 2 (dois) postos de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Faro na modalidade de Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, nos termos do artigo 40º da LTFP. 5. Descrição sumária das funções por categoria / carreira e número de posto de trabalho por função: O conteúdo funcional na carreira e categoria de (Técnico Superior de Serviço Social e de Assistente Administrativo) com as funções constantes do anexo à LTFP, mencionado no nº 2 do artigo 88º da referida Lei. Ref.A) 1(um) Posto de trabalho de Técnico Superior de Serviço Social, Ref B) 1 (um) posto de trabalho de Assistente Técnico; 6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 7. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: Ref.A) as constantes do artigo 7º do Decreto-lei nº 130-A/2001 de 23 de Abril, de que se destaca: prestar apoio técnico na escolha das sanções; emitir pareceres e efetuar relatórios; entrevistar e acompanhar os consumidores, colher informações sobre tratamento. 8. Ref.B) Atendimento ao público (telefónico e presencial); Receção/Expedição/Tratamento de correspondência; Receção de autos de ocorrência e substâncias em articulação com as entidades policiais; Elaboração de ofícios e minutas; Organização e movimentação de arquivo; Comunicações e notificações no âmbito da Lei nº 30/2000, de 29 de novembro e do Decreto-Lei nº 130-A/2001, de 24 de abril; Inserção e atualização do SGIP (Portaria nº 604/2001, de 12 de junho); Controlo dos prazos processuais; Elaboração e atualização de registos internos sobre a situação/estado dos processos instaurados; agendamento de diligências. Habilitações Literárias exigidas: Ref. A) Licenciatura em Serviço Social; grau de complexidade 3; Não havendo possibilidade de substituição do nível habitacional exigido por formação ou experiência profissional Ref. B) 12º Ano de Escolaridade 9. Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório é determinado nos termos do

disposto da alínea b) do artigo 12º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, sendo atribuída Ref. A) a 2ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior e 15º nível remuneratório da tabela única, que corresponde ao montante pecuniário de 1201.48€. Ref. B) a 1ª posição remuneratória da carreira de Assistente Administrativo e 5º nível remuneratório da tabela única, que corresponde ao montante de 683.13€. 10. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 10.1 Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado reconhecido nos termos do artigo 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 10.2 Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição Portuguesa por Convenção Internacional ou por Lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 10.3 Possuir as habilitações constantes do ponto 8 do presente aviso. 11. A forma e prazo de apresentação das candidaturas: 11.1 Prazo: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na Página eletrónica do SICAD, em www.sicad.pt ; 11.2 Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio da internet SICAD, em www.sicad.pt , até às 24h00 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas por correio registado com aviso de receção endereçado para : CDT de Faro Largo pé da Cruz nº 26 1º 8000-154 Faro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do referido prazo na alínea anterior; 11.3 No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex:OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 11.4 Com a candidatura devem ser entregues os seguintes: a) Fotocópia do certificado de habilitações; b) Fotocópia dos certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 11.5 Nos termos do disposto no nº 9 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 12. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 13. Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular 13.1 A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando a valorização às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso; 13.2 Entrevista de seleção profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 13.3 São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo do demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valorização inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista de seleção profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valorização final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 13.4 13.4 Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula: $CF = (55\%) AC + (45\%) EPS$ CF= Classificação final; AC = Avaliação Curricular (artigo 6º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual); EPS = Entrevista de Profissional de Seleção (artigo 7º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual). 13.5 No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos

termos do artigo 32º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no nº 3 do artigo 30º da referida Portaria, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o nº 8 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, indicando o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 13.6 A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do SICAD e na sua página eletrónica. 13.7 Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, após aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos do nº 7 e 8 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 13.8 As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 13.9 A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do SICAD, após aplicação dos métodos de seleção. 13.10 O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 14. Composição e identificação do júri: Referencia A – Técnico superior Presidente – Nuno Filipe Rocha Oliveira Marreiros, Vogal da CDT de Faro 1º Vogal Efetivo – José Pedro Fernandes de Oliveira, Presidente da CDT de Beja, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos 2º Vogal Efetivo- Cristina Manuel Gonçalves de Sousa Santos, Técnica Superior da CDT de Faro 1º Vogal Suplente – Ana Maria Oliveira Monteiro Brito da Lança Fonseca Monteiro, Técnica Superior da CDT de Beja 2º Vogal Suplente – Paula Catarino Mendes Prudêncio, Técnica Superior da CDT de Beja Referencia B – Assistente técnico Presidente – João Manuel Garcia Góis, Vogal da CDT de Faro 1º Vogal Efetivo – Romana Romão, Vogal da CDT de Beja, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos 2º Vogal Efetivo- Natália Maria Nunes Cardim Guerreiro, Assistente Administrativa da CDT de Faro 1º Vogal Suplente – Marcelina José Reis Martins, Assistente Administrativa da CDT de Faro 2º Vogal Suplente – Rita Margarida Dimas de Brito, Assistente Administrativa da CDT de Beja 15. A lista de classificados, após homologação, é publicitada na Bolsa de Emprego Público; afixada em lugar público e visível nas instalações da CDT de Faro, e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2ª série do Diário da República, com a informação sobre a sua publicitação, nos termos do nº 6 do artigo 36º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 16. Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (WWW.bep.gov.pt) e na página eletrónica do SICAD. 04 de fevereiro de 2019 – O Diretor-Geral, João Castel-Branco Goulão

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Término da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total Com Auxílio da BEP:**